



**CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO  
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**YANNE KAROLINE RABELO ALENCAR**

**A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E A DESIGUALDADE NA ORGANIZAÇÃO  
SOCIAL DO CUIDADO: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA**

**JUAZEIRO DO NORTE- CE  
2021**

**YANNE KAROLINE RABELO ALENCAR**

**A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E A DESIGUALDADE NA ORGANIZAÇÃO  
SOCIAL DO CUIDADO: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado ao Centro Universitário Leão Sampaio, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof. Me. Maria Clara de Oliveira Figueiredo

**JUAZEIRO DO NORTE- CE  
2021**

**YANNE KAROLINE RABELO ALENCAR**

**A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E A DESIGUALDADE NA ORGANIZAÇÃO  
SOCIAL DO CUIDADO: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado ao Centro Universitário Leão Sampaio, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof. Me. Maria Clara de Oliveira Figueiredo

Data de aprovação: 15/12/2021

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup>. Me. Maria Clara Figueiredo (Orientadora)

---

Prof. Esp. Cicero Reginaldo Nascimento Santos (Examinador 1)

---

Prof.<sup>a</sup>. Esp. Maria Dalva Silva Ribeiro (Examinador 2)

**JUAZEIRO DO NORTE- CE  
2021**

## DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho primeiramente a Deus que me fortaleceu e me fez capaz de realizar mais um sonho, meus familiares e amigos que contribuiu muito na minha caminhada, me incentivando em todos os momentos. Sem vocês eu nada seria.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à Deus por guiar meu caminho dando luz, discernimento e sabedoria para que chegasse até aqui, por me encorajar nos momentos que achei que eu não fosse capaz e me fazer chegar até aqui.

A minha mãe Evana de Jesus Rabelo, ao meu Pai, Antônio Costa de Alencar e a minha irmã Yasmim Rabelo Alencar por sempre acreditar no meu potencial, me encorajar a seguir, por todo amor e dedicação nas horas que mais precisei no decorrer desses 4 anos.

As minhas amigas Leiliane Andrade, Saskia Lino e Maria Carolina por todo incentivo e palavras confortantes quando me senti insegura, obrigada por todo carinho e ajuda.

As minhas amigas e colegas de curso, Bruna Pontes e Livia Maria, obrigada pela companhia durante esses anos de graduação e pelos desabafos nos momentos de preocupação.

A minha amiga, Amanda Karol pelo incentivo do tema do meu trabalho, por me explicar diversas vezes a importância do mesmo e por toda paciência e cuidado comigo, obrigada por tudo.

A minha orientadora Maria Clara Figueiredo, uma profissional admirável, atenciosa e sensível, obrigada por todo apoio, pela paciência e incentivo.

A professora Cecilia Leite por proporcionar uma visão universitária tão excelente, por ser tão verdadeira e alegre, com seu jeito as aulas sempre ficaram mais leves, gratidão pessoa de luz.

A todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para que esse trabalho fosse realizado, meu muito obrigada!

## EPÍGRAFE

*“Nem todo mundo vai compreender isso tudo que você é o que não significa que você deva se esconder ou se calar o mundo tem medo de mulheres extraordinárias”.*

*(Ryane Leão).*

## RESUMO

A objetificação das mulheres ao longo da história fez com que as relações de poder perante os homens fossem desiguais e extremamente opressoras. As consequências disso alcançam mulheres dos mais diversos contextos e vivências até os dias atuais. Mesmo com as várias conquistas de pautas do movimento feminista e dos movimentos sociais, as questões de gênero começaram a ter a devida visibilidade apenas recentemente. Diante disso, esse estudo teve como objetivo principal abordar sobre a divisão sexual do trabalho e a desigualdade na organização social do cuidado no cotidiano das mulheres e como objetivos específicos entender a divisão sexual do trabalho e suas implicações socioculturais na relação de gênero; compreender o conceito de cuidado na sociedade capitalista atual; discorrer sobre a organização social do cuidado e sua relação com a desigualdade de gênero. Para a realização deste estudo foi utilizada a metodologia do tipo bibliográfica descritiva. Por meio da pesquisa bibliográfica o pesquisador se debruça sobre fontes e lida no contato direto com uma gama materiais previamente selecionados e a pesquisa descritiva busca colocar o pesquisador frente a frente com a frequência com que as determinadas situações e fenômenos ocorrem. Para a construção deste estudo foram realizadas buscas por publicações como artigos, periódicos, nas seguintes plataformas digitais: biblioteca virtual de saúde BVS, SCIELO, LILACS, BIREME, entre outras. Após minuciosa seleção das publicações e fontes utilizadas, foram selecionadas 8 publicações e após isso foi possível realizar a análise dos dados encontrados, permitindo a pesquisadora uma compreensão e aprofundamento na temática. Na abordagem dos resultados foram elaboradas categorias enfatizando sobre as diferenças de gênero que resultam em subordinação da mulher no mercado de trabalho e os avanços da luta feminina e o conceito de cuidado na sociedade capitalista atual. Ao final do estudo concluiu-se que Foi possível identificar que esse debate não é recente, porém ainda é relevante e fundamental para o posicionamento da mulher na sociedade. Os avanços conquistados pelas mulheres e movimentos sociais femininos possibilitaram a ascensão feminina em diversos setores sociais.

**Palavras-chave:** Feminismo. Gênero. Divisão sexual do trabalho.

## ABSTRACT

The objectification of women throughout history has made power relations with men unequal and extremely oppressive. The consequences of this reach women from the most diverse contexts and experiences up to the present day. Even with the various achievements in the agendas of the feminist movement and social movements, gender issues only recently began to gain proper visibility. Therefore, this study aimed to address the sexual division of work and inequality in the social organization of care in women's daily lives and as specific objectives to understand the sexual division of work and its sociocultural implications in the gender relationship; understand the concept of care in today's capitalist society; discuss the social organization of care and its relationship with gender inequality. To carry out this study, descriptive bibliographic methodology was used. Through bibliographical research, the researcher focuses on sources and reads in direct contact with a range of previously selected materials, and descriptive research seeks to put the researcher face to face with the frequency with which certain situations and phenomena occur. For the construction of this study, searches were performed for publications such as articles, journals, in the following digital platforms: virtual health library BVS, SCIELO, LILACS, BIREME, among others. After a meticulous selection of publications and sources used, 8 publications were selected and after that it was possible to carry out the analysis of the data found, allowing the researcher to understand and deepen the theme. In the approach to the results, categories were elaborated emphasizing on the gender differences that result in the subordination of women in the labor market and the advances in the female struggle and the concept of care in today's capitalist society. At the end of the study, it was concluded that it was possible to identify that this debate is not recent, but it is still relevant and fundamental for the positioning of women in society. The advances achieved by women and women's social movements enabled the rise of women in various social sectors.

**Keywords:** Feminism. Genre. Sexual division of work.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
<b>CAPITULO I</b> .....	<b>12</b>
1.1 GÊNERO E SEXUALIDADE.....	12
1.2 A CULTURA DO PATRIARCADO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA SOCIEDADE ATUAL.....	16
<b>CAPITULO II</b> .....	<b>21</b>
2.1 A LUTA FEMININA E AS RELAÇÕES DE TRABALHO NA SOCIEDADE DE CLASSES .....	21
2.2 O PAPEL DAS MULHERES NA ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO CUIDADO.....	23
<b>CAPÍTULO III – PERCURSO METODOLÓGICO</b> .....	<b>26</b>
_3.1 DELINEAMENTO METODOLÓGICO.....	26
3.1.1. FASES DE CONSTRUÇÃO DO TRABALHO.....	27
3.1.2. TABULAÇÃO DOS RESULTADOS.....	27
3.2. CATEGORIZAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS .....	29
3.2.1. DIFERENÇAS DE GÊNERO.....	29
3.2.2. SUBORDINAÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO .....	30
3.2.3. AVANÇOS DA LUTA FEMININA .....	32
3.2.4. O CONCEITO DE CUIDADO NA SOCIEDADE CAPITALISTA ATUAL .....	33
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>34</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>35</b>

## INTRODUÇÃO

A desigualdade de gênero é um problema antigo que não foi solucionado com o passar dos anos. Tendo em vista que à medida que o tempo passa, os problemas da sociedade tendem a melhorar e evoluir. Sabe-se que desde os primórdios que a mulher é tida como um ser inferior e com a carga de submissão, inferioridade e sem voz ativa diante de uma sociedade que coloca o homem no centro cujo poder patriarcal ainda rege fortemente as relações no âmbito familiar e social. Esse modelo, transposto âmbito familiar privado para o âmbito público, faz com que sistemas políticos desenvolvam-se pelo comando masculino.

Em todo o mundo o patriarcado foi e é tema de debates, colocando em discussão o machismo, a soberania do homem e o poder. Mesmo sendo amplamente discutido, a busca pela igualdade de gênero ainda é um desafio.

Além disso, o Brasil ainda é um dos piores países para as mulheres, sobretudo, pelo fato de haver estigmas enraizados dificultando as lutas e ascensão da figura feminina, apesar de muito já se ter evoluído.

Essas diferenciações de gênero causam desconforto na mulher pelo fato de haver a injustiça e aprisionamento pela necessidade de estar sempre a mercê da aprovação de outras pessoas ou sempre em segundo plano, sem autonomia, sem voz ativa nas decisões e nos processos de trabalho, relacionamentos entre outros, colocando homens e mulheres em patamares diferentes mesmo quando as mulheres detém o mesmo conhecimento, formação, capacidade entre outros, tanto quanto o homem.

Diante de tantas dificuldades enfrentadas pelas mulheres ao longo dos anos, o movimento feminista veio trazer luta e representatividade, buscando a diminuição das desigualdades, o combate ao machismo, a violência contra a mulher, o feminismo representou por muito tempo luta por direitos, ao voto, ao divórcio, a participação da mulher na política, na indústria, no comércio e em todas as situações existentes no mundo colocando a mulher em posição de destaque, e desconstruindo a ligação forte ao feminino associada a emoções, docilidade, procriação, submissão, sexo frágil e etc (SILVA, 2010).

Com todos os avanços científicos, tecnológicos e humanos, a mulher vem gradativamente conquistando seu lugar ao sol na sociedade, no entanto, ainda é com

muito enfrentamento as dificuldades que surgem no percurso e na vida das mulheres, desde sua atuação no campo do trabalho, na divisão sexual do trabalho, havendo sempre distinções e discriminações, nas orientações sociais, no acesso aos cuidados, nos serviços públicos entre tantas outras situações do cotidiano.

Este estudo justifica-se pela necessidade de discutirmos na perspectiva de desnaturalizarmos a distinção de gênero, de combater o preconceito enraizado durante séculos contra a figura feminina, como também em abordar sobre as conquistas das mulheres ao longo dos anos e das lutas pela igualdade de gênero, fazendo com que este estudo venha contribuir para o debate de melhorias e superação dos obstáculos, além de ajudar na difusão de conhecimentos acerca da temática do feminismo e suas conquistas na sociedade. Tendo em vista que o movimento feminista busca, sobretudo, estar presente na sociedade moderna retirando a mulher da situação de opressão e combatendo o preconceito e discriminação de gênero (SILVA, 2010).

Pela importância desse tema e da necessidade de abordagem mais a fundo sobre a desigualdade de gênero, divisão sexual do trabalho, este estudo teve como objetivo principal abordar sobre a divisão sexual do trabalho e a desigualdade na organização social do cuidado no cotidiano das mulheres; e como objetivos específicos entender a divisão sexual do trabalho e suas implicações socioculturais na relação de gênero; compreender o conceito de cuidado na sociedade capitalista atual; discorrer sobre a organização social do cuidado e sua relação com a desigualdade de gênero.

Para a realização deste estudo foi utilizada a metodologia do tipo bibliográfica descritiva. Após minuciosa busca por fontes e publicações sobre a temática, foram selecionados os materiais e analisados a luz da literatura.

Ao longo do estudo foram elaborados capítulos do estudo, nos quais foram abordados no capítulo I sobre gênero e sexualidade; a cultura do patriarcado e divisão sexual do trabalho na sociedade atual, no Capítulo II sobre a luta feminina e as relações de trabalho na sociedade de classes e o papel das mulheres na organização social do cuidado. No capítulo III tratou do delineamento metodológico; fases de construção do trabalho; tabulação dos resultados, categorização e discussão dos dados.

## CAPITULO I

*Mulher, padrões só existem pra gente quebrar (Ryane Leão).*

### 1.1 GÊNERO E SEXUALIDADE

De acordo com Castro; Santos e Santos (2018), as questões de gênero tem sido pautas de discussão durante muito tempo, representando avanços significativos para o movimento feminista, o qual coloca a figura feminina em evidência e posição de destaque, buscando desconstruir a figura frágil e submissa da mulher, a qual era reduzida apenas a posse do sexo oposto, útil para a procriação e objeto de prazer do homem, sem direitos, sem escolhas, sem voz nem vez.

O desejo que levou as mulheres a se unirem em busca da liberdade, foi movido pela necessidade de reconhecimento da mulher como cidadã, com direitos civis e pela liberdade de expressão, manifestação, liberdade para usar espaços públicos, espaços na política, empregos, e liberdade de escolha sexual sem serem questionadas ou julgadas pelas suas escolhas (CASTRO; SANTOS; SANTOS, 2018).

Durante muitos anos a figura masculina ter representado uma postura de imponência, de força, patriarcado, detentor de muitos direitos, ou seja, a cultura do pater família, o qual provê e todos devem respeito, obediência e o temor.

O patriarcado ainda tem raízes na cultura, mesmo com tantos avanços. A mulher que se afasta dos padrões estabelecidos como sendo apropriados, são ainda questionadas, rejeitadas, marginalizadas e violentadas. Sendo assim, a autonomia e empoderamento femininos ainda são lutas necessárias. A luta das mulheres, ao longo dos anos, é justamente pela desconstrução dessa figura imponente do homem e ainda que em processo lento e gradual.

No que se refere ao patriarcado Saffioti (2009, p.35) *apud* Coutinho, (2014) destacam que:

O patriarcado refere-se a milênios da história mais próxima, nos quais se implantou uma hierarquia entre homens e mulheres, com primazia masculina. Tratar esta realidade em termos exclusivamente do conceito de gênero distrai a atenção do poder do patriarca, em especial como homem/marido, “neutralizando” a exploração-dominação masculina. Neste sentido, e contrariamente ao que afirma a maioria das(os) teóricas(os), o conceito de gênero carrega uma dose apreciável de ideologia. E qual é esta ideologia? Exatamente a patriarcal, forjada especialmente para dar cobertura a uma

estrutura de poder que situa as mulheres muito abaixo dos homens em todas as áreas da convivência humana (SAFFIOTI, 2009, p.35 *apud* COUTINHO, 2014).

O sistema patriarcal, a figura masculina é central para a família e para sociedade. É dela que emana o poder de dominação sobre todos, em especial sobre as mulheres. A submissão feminina é elemento essencial para a desigualdade entre os gêneros em todos os setores.

Efetivamente os direitos femininos foram sendo conquistados após o surgimento do feminismo enquanto movimento social. Para Cunha (2013), podem ser citados três grandes momentos de efervescência e extrema relevância, sendo o primeiro deles motivado pelas necessidades de direitos democráticos como o direito de votar e direito ao divórcio, o segundo mais precisamente na década de 60 com ênfase na liberação sexual e o advento dos métodos anticoncepcionais e o terceiro momento relaciona-se com a luta pelos direitos sindicais.

Para tanto, é importante destacar o conceito de gênero e sua importância:

Gênero constitui-se como conceito sociológico na década de 60 e, muito recentemente, vem sendo empregado no Direito. Como conceito sociológico, é utilizado como uma categoria analítica que reconhece que as diferenças entre homens e mulheres são construídas socialmente e se fundam em relações de poder. Por intermédio das relações de gênero, papéis sociais diferenciados são atribuídos ao feminino e ao masculino com sobre valoração do sexo masculino (VASCONCELOS, 2009).

As definições de gênero e noções se atrelam fortemente ao feminismo e possuem um papel indispensável dentro da luta feminista, tratando-o, inclusive como ideologia e corrente intelectual, que luta pelas igualdades e combate e denuncia as desigualdades de gênero que são frequentes na sociedade, buscando ainda, desconstruir a dominação e o poder masculino e a famosa soberania (RAMOS, 2016).

O conceito de gênero se refere às relações entre mulheres e homens, mulheres e mulheres, homens e homens. Todas estas relações criam várias desigualdades, fazendo com que alguns tenham mais poder sobre outros, sejam considerados mais importantes e respeitados na sociedade. Isto também faz com que algumas pessoas tenham mais liberdade e oportunidade para se desenvolver do que outras (CAMURÇA, GOUVEIA, 2004, p. 14).

No entanto é importante ressaltar que dentro do próprio movimento feminista há correntes que distinguem e divergem as maneiras de identificar, compreender e abordar sobre a desigualdade de gênero.

No que se refere ao feminismo, trata-se de um movimento historicamente criado para buscar igualdade e liberdade em todas as esferas para mulheres. Trata-se de um movimento dividido em 3 momentos importantes e diferentes, os quais serão expostos ao longo desse estudo.

O primeiro momento do feminismo inicia-se no período da Revolução Francesa até o final da Primeira Grande Guerra, o qual é nomeado de feminismo igualitário, com lutas específicas como a igualdade de direitos entre homens e mulheres, com especificações dentro dos direitos políticos e civis fazendo parte de uma corrente liberal (RABENHORST, 2009).

Nessa primeira fase do feminismo, já estava claro quais eram os ideais e motivos das lutas pelas quais as mulheres estavam decididas a travarem, buscando por uma sociedade mais igualitária, direitos das mulheres ao voto, ao divórcio e participação na política, entre tantas outras de se igualar na sociedade em que se vive, sem ser estigmatizada nem rotulada como uma figura frágil e incapaz.

Já no segundo momento do feminismo constam registros de lutas na década de 60, conhecido também como segunda onda feminista dos anos 60, a qual ocorre em predominância nos Estados Unidos, e desta vez adotando posturas mais radicais e tentando desfazer, desconstruir qualquer forma de dominação masculina quebrando a estrutura do patriarcado (MELO, 2013).

Nessa fase do feminismo a luta de gênero está bem estabelecida e definida, usada para encabeçar lutas específicas entre pautas femininas e masculinas, no contexto geral da sociedade abordando fenômenos e diferenças entre homens e mulheres e suas extensas diferenças desde físicas até comportamentais e psicossociais (RAMOS, 2016).

Ainda sobre essa fase do feminismo na década de 60, veio a tona a pauta do papel social da mulher, suas relações familiares, sua influência dentro da sociedade, seu poder de atuação, o direito as leis trabalhistas, suas escolhas no que se refere a saúde sexual e reprodutivas, a luta pelas políticas públicas e exigência de direitos em todas as esferas da sociedade, construindo uma nova identidade feminina baseando-se em gênero e colocando em evidencia, debate e destaque a legitimação dos direitos e das lutas das mulheres (SILVA, 2010).

Os avanços e lutas feministas foram ganhando destaque a cada ano, a cada vitória conquistada, que mesmo com resistência do gênero masculino bem como resistência de muitas mulheres conservadoras, o movimento se enlanguesceu, e as conquistas foram sendo mais evidentes, dando mais ênfase as lutas. Quando na década de 80, encabeçaram um novo movimento importantíssimo, que foi a luta contra a violência às mulheres, conseguindo com que em 1985, fosse criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), subordinado ao Ministério da Justiça, buscando minimizar e eliminar a discriminação contra a mulher e conquistar seu engajamento no campo das atividades políticas, sociais e econômicas, configurando grandes conquistas (MELO, 2013).

Em relação à igualdade de gênero, o CITE apresenta a seguinte definição:

A Igualdade entre Mulheres e Homens, ou Igualdade de Género, significa igualdade de direitos e liberdades para a igualdade de oportunidades de participação, reconhecimento e valorização de mulheres e de homens, em todos os domínios da sociedade, político, económico, laboral, pessoal e familiar” (CITE, 2014, p. 3).

Com os avanços, cronologicamente iniciou a terceira fase, a qual teve seu início oficialmente na década de 1990, mais conhecida como década pós feminista, os dentro da própria apresentando posturas mais robustas, altivas e com mulheres mais cientes dos seus direitos, capazes inclusive de identificar fragilidades, abusos e exclusão dentro da própria luta e do discurso feminista, o qual estava dominado por pessoas brancas, privilegiadas, heterossexual e sem representatividade de muitas mulheres (RAMOS, 2016).

Diante disso, em meados da década de 1990, surgem cenários contraditórios e que estremecem o movimento, sobretudo, causando uma divisão de ideias e pensamentos dentro do próprio movimento. Com isso ocorreram duas novas vertentes do movimento, uma referindo-se à dissociação entre o pensamento feminista e o movimento e a outra revelando a profissionalização do movimento, manifestando-se através das organizações não governamentais (OTTO, 2004).

A luta das mulheres foi ganhando pautas, e uma delas e mais forte foi a do combate à violência da mulher, quando após muita luta e movimentos, no dia 07 de agosto de 2006, foi sancionada a Lei 11.340/06 – a Lei Maria da Penha, com o apoio do CLADEM (Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da

Mulher), que enviou o caso para OEA – Comissão Interamericana de Direitos Humanos (BRASIL, 2006).

A Lei Maria da Penha (LMP, Lei nº 11.340/2006) reconhece a atitude de da violência de gênero como uma violação de direitos fundamentais, e através de articulações em todas as esferas para que se alcançasse a dignidade para as mulheres em situação de violência. Augusto & Azevedo (2017) defendem essa lei como um marco legislativo e de visibilidade às questões de gênero, independentemente de classe, raça, etnia, sexualidade, renda, cultura, nível educacional, idade e religião.

Segundo Vieira (2016), a lei propaga uma política criminal, a violência doméstica passa a ser problema de juízes e da equipe multidisciplinar a tratar a situação, instalando medidas protetivas como inovação de um conjunto de cautelares que não depende apenas da proibição da agressão, mas mudanças no regime do cuidado e dependência da casa.

E em 2015 uma das maiores conquistas no âmbito jurídico foi a aprovação da Lei do Feminicídio, classificando a morte de mulheres como crimes hediondos (BRASIL, 2015).

Para Coutinho (2014), *“O feminicídio define-se como a morte intencional pela sua condição de gênero, ou seja, o gênero feminino classifica-se como um crime hediondo no Brasil, configurando um ciclo cruel da violência”*. No entanto, é notório que antes do feminicídio propriamente dito, ocorrem muitas agressões, e é preciso conceitua-las para assim poder identificá-las.

## 1.2 A CULTURA DO PATRIARCADO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA SOCIEDADE ATUAL

De acordo com Coutinho (2014), a cultura do patriarcado é algo difundido ao longo dos anos desde o tempo da idade da pedra, com os homens primatas e toda a cultura de dominação imposta por eles e pela necessidade de poder, estabelecendo hierarquia sexual, na qual a figura masculina heterossexual é tida como um ser superior colocando a mulher em posição de dominada e submissa, polarizando as relações, excluindo direitos e mantendo um controle soberano das situações

vivenciadas na sociedade, família, trabalho, relacionamento entre outros, levando o homem a considerar-se dono da mulher e se impondo como um ser superior a ponto de tirar-lhe a vida, em muitos casos (COUTINHO, 2014).

O patriarcado biologicamente não se explica de acordo com Barbosa e Borges (2016) tendo em vista que a necessidade de poder e dominação não está relacionada a diferenciação entre os sexos, nem inerente à genética, portanto, não devendo se justificar a naturalização da desigualdade culpando a biologia e processo intrínseco do ser humano, pelo fato de estar evidentemente, ligado a construção social e cultural de anos de submissão.

É ilusório limitar as diferenças entre os gêneros para uma questão de sexo biológico, assumindo a ideia de que homens são todos iguais e no outro oposto estão as mulheres, que também são todas iguais entre si. É evidente que há diferenças entre todos os indivíduos, isso tem sido bandeira e reivindicação dos movimentos sociais por anos, o reconhecimento dessas diferenças, porém eles não são gerais para determinado gênero. Por exemplo, assim como um homem negro tem uma experiência de vida e pautas específicas, o homem branco tem uma experiência totalmente diferente. Portanto, é reducionista quando se coloca as diferenças essencialmente relacionadas a questão biológicas.

O trabalho, em seu sentido ontológico, se realiza pela relação entre o homem e a natureza, na qual o ser humano planeja teleologicamente e transforma materialmente a natureza ao passo que também transforma a si mesmo, com o objetivo de saciar suas necessidades de existência. É por meio do processo de trabalho os seres humanos desenvolvem habilidades, técnicas e conhecimentos que vão sendo aperfeiçoadas continuamente em novos processos produtivos (NETTO; BRAZ, 2006).

De acordo com Netto e Braz (2006, p. 37) sobre o processo de trabalho e sua capacidade de sociabilidade, é possível afirmar que:

Foi através do trabalho que grupos de primatas se transformam em grupos de homens, *foi através do trabalho que a humanidade se constituiu como tal*, Ou se quiser: *o trabalho é fundador do ser social*, precisamente porque é de ser social que falamos quando falamos de humanidade (sociedade) (NETTO E BRAZ, 2006, P. 37).

Desde a implantação do capitalismo, o trabalho tem suas próprias especificidades, Karl Marx (1867, p. 172 e 355) identificou um duplo caráter do trabalho neste modo de produção, que é o trabalho concreto e o trabalho abstrato. Segundo ele, o trabalho concreto diz respeito ao “*dispêndio de força humana de trabalho em sentido fisiológico*” que gera um valor de uso, ou seja, útil para satisfazer as necessidades humanas. Já o trabalho abstrato “*adiciona uma grandeza determinada de valor não porque tenha um conteúdo útil particular, mas porque dura um tempo determinado*”, ou seja, o trabalho abstrato é o dispêndio de tempo socialmente necessário para produzir mercadorias, isto é, valores de troca.

Em todo processo produtivo é a força de trabalho despendida por determinado tempo que valoriza o produto. Sabendo disso, o capitalista (proprietário dos meios de produção), com objetivo de ampliar seu capital, compra a força de trabalho pelo preço de um salário, se apropria do valor atribuído por ela e do mais-valor acrescido pela extensão do tempo de trabalho socialmente necessário para produzir.

Nas palavras de Marx (1867, p.375) “A taxa de mais-valor é, assim, a expressão exata do grau de exploração da força de trabalho pelo capital ou do trabalhador pelo capitalista”. Vale dizer que o ciclo de valorização do capital só se efetiva através do mercado, quando as mercadorias produzidas são vendidas e o capitalista obtém o retorno na forma dinheiro de um valor acima daquele investido no início do processo produtivo, assim, a mais-valia é mistificada pela ideia de lucro.

Tendo em vista a separação entre o trabalhador e os seus meios de produção e, também, a divisão do processo produtivo, próprio da industrialização capitalista que responsabiliza o trabalhador por uma única parte da produção, o trabalhador não consegue reconhecer sua força de trabalho no produto objetivado no fim do processo produtivo, não vê na mercadoria a dimensão do mais-valor que ele atribuiu a ela.

Netto e Braz (2006, p. 45) afirmam “a alienação é própria de sociedades onde têm vigência a divisão social do trabalho e a propriedade dos meios de produção, sociedades nas quais o produto da atividade do trabalhador não lhe pertence [...]”. Lembrando o que já foi dito anteriormente que o trabalho funda o ser social, assim a forma como os seres humanos se organizam socialmente é um reflexo das suas relações de produção. Dessa forma, é possível concluir que as relações sociais capitalistas têm como características principais a exploração, a desigualdade e a alienação.

Outro fenômeno no capitalismo que determina as relações sociais é chamado por Marx de “fetichismo da mercadoria”. Tendo como origem a alienação, o “fetichismo da mercadoria” é uma ferramenta de mistificação das relações de exploração do trabalho. Como a mais-valia só se transforma em dinheiro na esfera da circulação mercantil, para obter mais lucros o capitalista precisa impulsionar o mercado, fazer com que as pessoas comprem mais. Para isso, ideologicamente cria necessidades ilusórias de consumo, ou seja, o capitalismo mistifica a mercadoria.

O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existente à margem dos produtores. [...] É apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas (MARX 1867, p.206 e 207).

Conforme já visto, o trabalhador se posiciona como alienado da sua produção, em consequência disso, cria-se a ilusão de que existe uma relação direta entre as coisas e não entre as pessoas que estão individualizadas no processo produtivo. Dessa forma, a fetichização da mercadoria faz com que as coisas ganhem vida própria, enquanto as pessoas perdem autonomia. O mercado então passa a determinar as vontades do consumidor e, assim, as objetivações do ser social deixam de ser voltadas para atender as suas reais necessidades para atender as necessidades da produção e reprodução capitalista.

O capital é um processo, e não uma coisa. É um processo de reprodução da vida social por meio da produção de mercadorias em que todas as pessoas do mundo capitalista avançado estão profundamente implicadas. O processo mascara e fetichiza, alcança crescimento mediante a destruição criativa, cria novos desejos e necessidades, explora a capacidade do trabalho e do desejo humanos, transforma espaços e acelera o ritmo da vida (HARVEY, 1989, p. 307).

Ao longo dos processos históricos, o capitalismo tem se transformado conjuntamente, no entanto, o sistema que é estruturalmente contraditório, pois, constrói suas próprias crises. Para sair delas, precisa se reinventar desenvolvendo meios cada vez mais sofisticados e tecnológicos para valorizar seu capital através da exploração da mais-valia. “Nossas vidas são controladas por uma classe dominante

de interesses bem definidos não só na mudança, mas na crise e no caos. [...] Catástrofes são transformadas em lucrativas oportunidades para o desenvolvimento e a renovação” (BERMAN, 1982, p. 93).

O capitalismo precisou acelerar o tempo de giro do capital, flexibilizar as relações contratuais de trabalho e mudar a sua forma de acumulação, com o objetivo de retomar níveis de lucratividade em escala global. Além do mais, estabelecer um domínio econômico global e através das organizações internacionais tem favorecido a liberalização e desregulamentação dos mercados, das atividades produtivas e financeiras.

Nesta nova conjuntura, predomina a obtenção lucro não mais através de investimentos aplicados diretamente na esfera produtiva, mas sim na financeira, seguindo uma lógica especulativa que se sobrepõe em relação à produção.

As determinações neoliberais transformaram toda sociedade em um mercado, onde tudo é passível de ser vendido e/ou comprado. Os seres humanos que passam a serem vistos apenas como consumidores e responsáveis individuais por conseguirem sucesso através do mercado, assim, cada indivíduo torna-se uma microempresa em que ele próprio deve investir como empresário de si mesmo.

A tudo isso o indivíduo social deve responder com desempenho, eficácia, flexibilidade, produtividade, agilidade, qualificação e competência, sob pena de se tornar, ele próprio, descartável como todas as mercadorias que dão sentido à sua realidade. (BRITES, 2006, p. 55).

Observa-se, portanto, a coisificação das relações entre as pessoas e a mistificação da mercadoria passa a permear também a esfera social, a imagem ou a representação do real é quem irá mediar todas as relações sociais. Guy Debord (1967) chama o fenômeno em que as relações sociais são mediadas por imagens, isto é, pelas mistificações do real, de espetáculo. Para o autor, a sociedade contemporânea se configura como “a sociedade do espetáculo”. Visto que nesta fase o capital tem produzido constantemente o espetáculo como condição de sua rentabilidade e reprodução.

## CAPITULO II

*"É pelo trabalho que a mulher vem diminuindo a distância que a separava do homem, somente o trabalho poderá garantir-lhe uma independência concreta"*

*(Simone de Beauvoir).*

### 2.1 A LUTA FEMININA E AS RELAÇÕES DE TRABALHO NA SOCIEDADE DE CLASSES

Conforme visto anteriormente, os avanços e lutas feministas foram ganhando destaque a cada ano, a cada vitória conquistada, que mesmo com resistência do gênero masculino, as lutas das mulheres, a evolução das leis, a cultura do patriarcado e o combate a discriminação de gênero e divisão sexual do trabalho.

Embora notadamente ocorra a flexibilização dos cenários de trabalhos para mulheres, ocorre prejuízo à parte da população em situação precária e em ramos indignos (GUIRALDELLI, 2012).

O processo de formação da identidade feminina é um processo complexo e dinâmico que ocorre em várias etapas da vida da mulher, desde quando ela nasce e vem com uma sobrecarga geracional de formas de vestir, comportar, se desenvolver, dando continuidade à ciclos que suas mães iniciaram e seguindo um roteiro cíclico pré-estabelecido pela sociedade e pela maioria das pessoas. No entanto, com o advento do feminismo, muitas meninas e mulheres passaram a ter voz e coragem para romper os ciclos que não querem seguir como roteiros de suas vidas, rompendo situações indesejadas e permitindo-se a capacidade de reinventar-se, seja na vida pessoal, emocional, afetiva, profissional ou qualquer outra esfera da vida.

Mesmo diante de tantas dificuldades vivenciadas pelas mulheres, precarização, cultura patriarcal e machista, inúmeros avanços e mudanças culturais, políticas, sociais e econômicas, levando as mulheres a ocuparem lugares jamais imaginados, porém desde muito tempo almejados, proporcionando a mulher ter um nível superior, capacitações, cursos entre outras situações que contribuíram para a inserção feminina no mercado de trabalho, proporcionando oportunidades de emprego e evolução feminina na sua independência financeira, porém, apesar de toda capacitação e ainda

há em pleno século XXI, remuneração diferenciada entre homens e mulheres que ocupam o mesmo cargo (BRUSCHINI E LOMBARDI, 2002).

No entanto quando o assunto é participação política, “conforme o Mapa Mulheres na Política 2019, relatório da ONU, o Brasil ocupa a 134ª posição entre 193 países no ranking de representação feminina no Parlamento. O percentual de mulheres no atual Congresso Nacional é somente de 15%” (REZENDE, 2019, p.3).

Conforme o tempo foi passando as mudanças ocorrendo, notou-se que a mão-de-obra produtiva feminina é de grande relevância, sua atuação política, acadêmica, e diversas áreas, geraram impactos positivos e a mulher foi ganhando espaço na esfera pública, nas profissões diversas, saindo da condição de cuidadora, mãe, esposa e compondo quadros de funções ampliados além do ciclo restrito familiar, ocupando posições que até então era consideradas aptas apenas para homens, tornando a mulher uma figura necessária e indispensável em diversos serviços e setores (MATOS, 2005).

Já é possível encontrar empresas que decidem empregar somente mulheres, pagar salários iguais independente do gênero, e a mulher exercer funções diferentes dos habituais, sem sofrer discriminações, conquistando seu lugar e tendo o respeito de todos.

Um levantamento realizado pelo jornal Folha de São Paulo a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), mostra uma evolução ocorrida entre os anos de 2003 e 2017. Nesse período, o número de mulheres com idades de 30 a 49 anos que conquistaram cargos de gerência e diretoria no setor formal aumentou de 32,3 % e 31,9% para 39,2% e 42,4% (SAP, 2020, p.12).

Para Marques (2015), as mulheres conseguiram conquistar seus lugares mais altos no pódio das profissões e da vida, pelo fato de serem detentoras de grande sensibilidade, flexibilidade nas decisões, trato respeitoso com todos, inteligência e inteligência emocional mais aguçada, afetividade, respeito, bom relacionamento interpessoal, tranquilidade dentre tantas outras qualidades, além de fácil adaptação a diferentes setores, o que se torna um estímulo a mais contratar mulheres.

Em estudo recente o IBGE, divulgou uma pesquisa que apontou informações que corroboram com as afirmações acima, considerando ainda que apesar de todas as dificuldades e jornadas múltiplas de trabalho como maiores desafios, as mulheres ainda são maiores em número de universitárias no país, sendo também uma maioria

em que se refere a conclusão de cursos superior correspondendo a 58,8%, comparado aos homens (MARQUES, 2015).

No entanto, no que se refere a desigualdade entre homens e mulheres, Rezende (2019), publicou uma análise sobre o Fórum Econômico Mundial, destacando que:

O Brasil ocupava a 92ª posição em um ranking que mede a igualdade entre homens e mulheres num universo de 153 países. As mulheres brasileiras estão sub-representadas na política, têm remuneração menor, sofrem mais assédio e estão mais vulneráveis ao desemprego. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil é o quinto país do mundo em número de feminicídios (REZENDE, 2019, p.4).

Dentre os principais desafios da sociedade atual, observa-se imutavelmente a tentativa de exploração de mulheres que ocupam mesmos cargos que homens porém com salários reduzidos, fruto da divisão sexual do trabalho e da carga de mazelas que a mulher carrega historicamente e culturalmente, mesmo com tamanha desconstrução ao longo dos anos, fato que gera desestímulo, desvalorização e inferiorização das mulheres nos campos de trabalhos.

A mulher sofre sobrecarga no trabalho, no ambiente familiar, entre outros, por manterem na maioria imensa dos casos, mais de duas jornadas de trabalho, dando seu máximo tanto no ambiente do trabalho como no âmbito do lar, da família e nos demais contextos nos quais a mulher é a mola mestra, motivos pelos quais, merece remuneração alta e reconhecimento. Um estudo publicado por SAP (2020), o iDados e PNAD Contínua, apontaram em pesquisa recente que 47,5% dos lares no Brasil são mantidos por mulheres, as quais responsáveis pela renda da família, não tem rede de apoio, nem funcionária do lar, e ainda tem que estarem em constantes guerras e desafios do mercado de trabalho (SAP, 2020).

## 2.2 O PAPEL DAS MULHERES NA ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO CUIDADO

A organização social dos seres humanos é determinada pelo modo como os indivíduos organizam seu processo produtivo de bens e riquezas.

Historicamente falando não se pode falar diretamente do trabalho sem antes dar-se um histórico do conceito na sua totalidade, qual a ligação nas relações

econômicas e sociais no processo de trabalho, como é compreendido a produção e reprodução das relações sociais contemporâneas, quais as características que o capitalismo atribuiu ao trabalho e as transformações sociais e econômicas que são conduzidas para a atual configuração das relações sociais.

As discriminações sociais entre homens e mulheres, são problemas antigos e que vem sendo combatidos amplamente ao longo das décadas, pois são problemas limitantes, ou seja, que fazem com que a mulher perca oportunidades, recursos, cuidados, pertinentes ao seu crescimento e aos seus cuidados. Na esfera da saúde, por exemplo, o alvo da desassistência é o homem, por mais uma vez trazer à tona sua cultura patriarcal de ser forte e acreditar não precisar de cuidados, o que inegavelmente, provoca desigualdades com consequências negativas para a saúde (PASSOS, 2016).

As dificuldades do homem ao procurar o serviço de saúde deixaram de ser hipótese, é um fato comprovado cientificamente, essa negação ao cuidado com a saúde, caracteriza esse público como de riscos potenciais para o adoecimento e para o aumento da probabilidade de óbito.

Essas dificuldades e resistências resultam em inúmeros problemas, agravos e fatores de risco a sua saúde, levando-os muitas vezes ao adoecimento, e comprovação de doença já instalada, podendo invalidar a eficácia da atenção primária e passando a necessitar da do sistema de saúde hospitalar de média e alta complexidade, o que gera mais chances de complicações e óbitos, bem como se torna mais oneroso aos cofres públicos (SILVA et al., 2010)

Existe uma exigência, imposta e construída pelos próprios homens que são potencialmente fortes, tanto fisicamente como psicologicamente, resultando numa rejeição ao cuidado de si mesmo, adiando ou negando a participação na promoção e de proteção da saúde, tornando o processo de adoecimento de difícil aceitação quando descoberto tardiamente (SILVA et al., 2010).

As construções de masculinidades se estabelecem em divergência e oposição ao universo feminino, se opondo aos comportamentos relacionados aos cuidados com a saúde, sendo que os homens demonstram maior dificuldade em procurar assistência em saúde, pela sua auto avaliação da necessidade dos cuidados e pela mentalidade que, esta é uma tarefa de mulher. Sentindo-se afetados em procurar cuidar da saúde, acreditando que suas imagens serão abaladas no que diz respeito ao ser forte, tornando-os mais vulneráveis ao adoecimento (SCHRAIBER et al., 2010).

De acordo com a OPAS (2019), as práticas discriminatórias ocorrem especificamente quando algum indivíduo não se enquadra nos padrões ou regras impostas pela sociedade, estabelecidos por gênero, causando estigmas, e exclusão social, com impactos negativos em todos os pontos da saúde do indivíduo, principalmente na saúde mental. A maioria das normas de gênero são pré-estabelecidas priorizando recursos econômicos, políticos, sociais, educacionais, tecnológicos, emocionais entre outros, capazes de transformar a realidade das pessoas envolvidas no cuidado e nas organizações.

Pensar o cuidado enquanto resultado da coexistência de trabalho e relações sociais possibilita-nos apontar as seguintes questões: 1) Enquanto procriação existe a necessidade de se pensar a sobrevivência dos indivíduos que não podem executar o trabalho para satisfazer as suas necessidades ontológicas primárias; logo, é preciso que outro trabalhe para satisfazê-los; 2) Enquanto relação social será determinada como, por quem, onde e de que forma o cuidado deve ser executado. Logo, resulta de determinadas necessidades sociais estipuladas a partir do desenvolvimento da sociabilidade e das forças produtivas (PASSOS, 2016, p. 5).

No que se refere a organização social do cuidado, nota-se a importância também do processo de desinstitucionalização, no que se refere a saúde mental, a qual está cercada de rótulos e estigmas, precisando de profissionais envolvidos com a formação crítica capazes de proporcionar a viabilização do cuidado para todas as pessoas que necessitam de cuidados no âmbito psíquico, buscando um lugar socialmente saudável, sem distinção no cuidado, priorizando autonomia e respeito ao assistido.

Os recortes e classe, gênero, sexualidade, infelizmente são recortes engessados na sociedade, o que acaba dificultando as práticas do cuidado em saúde mental de maneira livre sem rótulos, mesmo que na maioria dos casos sejam invisíveis. Por isso é necessário trilhar novos caminhos em busca de uma sociedade mais igual e livre de opressão, estabelecendo novas medidas de cuidado, ampliando ainda o campo da saúde, da saúde mental, e das necessidades do ser social.

Com todos os avanços científicos, tecnológicos e humanos, a mulher vem gradativamente conquistando seu lugar ao sol na sociedade, no entanto, ainda é com muito enfretamento as dificuldades que surgem no percurso e na vida das mulheres, desde sua atuação no campo do trabalho, na divisão sexual do trabalho, havendo

sempre distinções e discriminações, nas orientações sociais, no acesso aos cuidados, nos serviços públicos entre tantas outras situações do cotidiano.

O combate às distinções de gênero deve ser constante e de interesse de todos, desde cidadãs como também instituições públicas e privadas, em busca da garantia dos direitos das mulheres.

### **CAPÍTULO III – PERCURSO METODOLÓGICO**

*“Sim, eu sou feminista porque enxergo todas as mulheres como inteligentes, talentosas e resistentes”.*

*(Zaha Hadid).*

#### **3.1 DELINEAMENTO METODOLÓGICO**

Trata-se de um estudo de natureza bibliográfica descritiva. Por meio da pesquisa bibliográfica o pesquisador se debruça sobre fontes e lida no contato direto com uma gama de materiais previamente selecionados, o qual se permite analisar, registrar e interpretar aspectos mais profundos, do comportamento humano com riqueza de detalhes (MARCONI; LAKATOS, 2010). Ainda conforme os autores citados esta metodologia possibilita que se obtenha o máximo de informações das discussões existentes sobre o tema através de levantamento de materiais já publicados.

Através da pesquisa descritiva busca colocar o pesquisador frente a frente com a frequência com que as determinadas situações e fenômenos ocorrem e com características específicas de uma população, descrevendo a frequência com que os eventos acontecem (GIL, 2010).

Para melhor obtenção de resultados, classificaram-se como critérios de inclusão, as publicações e artigos dos últimos 20 anos, que estejam disponíveis na íntegra e com versão gratuita, nos idiomas de português e inglês. Como critérios de exclusão adotaram-se os que envolvam publicações e artigos na forma resumida, na forma paga, em idiomas diferentes do português e inglês e os que tiverem sido publicados há mais de 20 anos. O estudo foi realizado entre os meses de agosto e novembro de 2021.

### 3.1.1 FASES DE CONSTRUÇÃO DO TRABALHO

FASES	PROCEDIMENTO
<b>FASE I</b> <b>Produção do projeto</b>	Este surgiu a partir da observação da pesquisadora e vivência em relação as distinção de gênero, e da necessidade da desnaturalizar e de combater o preconceito enraizado durante séculos contra a figura feminina, como também em abordar sobre as conquistas das mulheres ao longo dos anos e das lutas pela igualdade de gênero.
<b>FASE II</b> <b>Busca do acervo teórico</b>	Para a construção deste estudo foram realizadas buscas por publicações como artigos, periódicos, nas seguintes plataformas digitais: biblioteca virtual de saúde BVS, SCIELO, LILACS, BIREME, entre outras.
<b>FASE III</b> <b>Separação do material</b>	Os materiais encontrados foram selecionados conforme os critérios de inclusão, analisados, lidos e posteriormente relacionados, conforme a relevância científica, desta forma formando um conjunto de ideias de estudo estruturadas capazes de correlacionar todas as evidências de importância para o tema, respeitando as normas de citação bibliográfica.
<b>FASE IV</b> <b>Categorização dos dados</b>	Após minuciosa seleção das publicações e fontes utilizadas, foram selecionadas 8 publicações e após isso foi possível realizar a análise dos dados encontrados, permitindo a pesquisadora uma compreensão e aprofundamento na temática, bem como organização e tabulação dos artigos e selecionados na seguinte sequência: ano da publicação, base de dados, autores, objetivos e metodologia. E posteriormente elaboração de categorias e discussão a luz da literatura pertinente.

Fonte: Pesquisa direta, (2021).

### 3.1.2 TABULAÇÃO DOS RESULTADOS

No processo de análise são considerados alguns fatores dos estudos selecionados como informações relevantes como tema, objetivos e resultados dos artigos selecionados, os quais constam na tabela e posteriormente a realização da discussão:

Nº	ANO /BASE DE DADOS / AUTORES	TÍTULO	OBJETIVO	METODOLOGIA
01	2005/SCIELO/ ARAUJO, M. F.	Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate	Compreender os processos de produção de novas formas de subjetividade masculina e feminina,	Revisão de Literatura
02	2002/SCIELO/ BRUSCHINI,C.; LOMBARDI, M. R.	Instruídas e trabalhadeiras trabalho feminino no final do século XX	Mostrar a consolidação do acesso das mulheres ao mercado de trabalho na década de noventa e sua manutenção no mercado informal e formal	Pesquisa qualitativa
03	2012/SCIELO/GUIRALD ELLI, R.	Adeus à divisão sexual do trabalho?: desigualdade de gênero na cadeia produtiva da confecção	Apresentar alguns aspectos desse fenômeno complexo, suscitando reflexões acerca de um suposto fim da divisão sexual do trabalho	Pesquisa bibliográfica
04	2005/SCIELO/MATOS, V.L.D	A mulher na pós-modernidade: Uma breve reflexão sobre identidade, papéis sociais e Emoções	O promover a reflexão sobre a mulher no século XXI, sua identidade, papéis sociais e emoções	Estudo comparativo
05	2010/SCIELO/SANTOSI. M. M.; OLIVEIRA, L.	Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços.	Aborda a problemática de gênero no limiar da sociedade capitalista.	Revisão de literatura

06	2013/SCIELO/CUNHA, C.	Direitos femininos uma luta por igualdade e direitos civis.	Descrever os avanços no que diz respeito aos direitos reprodutivos	Revisão de literatura
07	2007/SCIELO/MURAD, F.	Novas configurações da divisão sexual do trabalho	Expor o conceito de divisão sexual do trabalho.	Revisão de literatura

Fonte: A autora, 2021.

### 3.2 CATEGORIZAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

Para discussão desse estudo, foram observadas as informações adequadas e pertinentes ao tema e objetivos desse estudo, de modo a construir uma discussão crítica a respeito dos mesmos.

Nessa fase do percurso metodológico foi possível apontar os conhecimentos relacionados ao tema no decorrer do estudo, apontando dados científicos, evidências e conclusões, permitindo que, os leitores, pesquisadores, profissionais entre outros que tiverem acesso a este estudo, compreendam melhor sobre a temática podendo ainda despertar o desenvolvimento de uma visão crítica, sobre o que trata o estudo.

As categorias elaboradas ao longo da discussão foram as seguintes:

- ✓ Diferenças de gênero;
- ✓ Avanços da luta feminina;
- ✓ Subordinação no mercado de trabalho;
- ✓ O conceito de cuidado na sociedade capitalista.

#### 3.2.1 DIFERENÇAS DE GÊNERO

De acordo com o estudo de Cunha (2014), há inúmeros pontos sobre gênero a serem esclarecidos, no entanto, foca-se em seu estudo sobre categoria de gênero é destacar a diferença entre gênero e sexo, uma vez que sexo refere-se a condições e diferenças biológicas, fisiológicas e anatômicas do corpo humano, já quanto ao gênero classificam-se as diferenças sociais, culturais e o que foi construído ao longo dos anos, entre os sexos masculino e feminino.

O termo é usado na referência do masculino e feminino, porém Araújo (2005) explica que com a leitura e aplicação pelas teorias feministas, “gênero” passa a ser essa diferença inserida no contexto social, superando a ideia somente relacionada a genitália da pessoa. Não se compreende, também, gênero como o binômio, sobre lados opostos, o homem e a mulher. Mas, sim, sobre as relações de gênero que existe entre eles e que não podem ser separadas (ARAÚJO, 2005).

De acordo com Silva (2010), ainda sobre a diferenciação entre sexo e gênero, considera-se fruto de considerações teóricas e políticas, de modo que o tratamento diferenciado entre indivíduos está socialmente atrelado a percepção que se tem dele, esperando manifestações e diferenciação segundo cada sexo (SILVA, 2010).

As demandas feministas mudam com o tempo e o avançar das conquistas, assim como muda a partir das outras vivências que atravessam essas mulheres. A mulher não é universal, sendo assim as pautas não podem ser vistas de maneira generalizada, pois podem ser modificadas de acordo com a raça, classe, idade e outros fatores. Uma das áreas em que isso também pode ser visto é no trabalho e como a cultura patriarcal se manifesta nessas relações.

Há muitos anos, os direitos femininos vêm sendo debatidos e alvo de luta e busca por igualdade, mas somente a partir do século XVIII, que a figura da mulher começou a ganhar espaço no mercado de trabalho e a possibilidade de direitos por ocasião da revolução industrial (MELO, 2013).

### 3.2.2 SUBORDINAÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO

Para Guiraldelli (2012), ao longo dos anos as relações de trabalho além de serem coisificadas, ocorreu uma bipolarização no mundo do trabalho, no final do século XX, inclusive no Brasil, com mulheres com qualificação e com ocupação de cargos altos com salários relativamente altos, como profissionais médicas, advogadas, enfermeiras, engenheiras, professoras entre outras, enquanto no outro lado da história constam mulheres com baixo poder aquisitivo, pouco ou nenhum acesso a educação e qualificação da mão de obra, obrigando-se a se submeter a empregos sub-humanos e com salários indignos muita das vezes.

Os primeiros campos de atuação liberalmente para as mulheres fora do âmbito do lar, foram na indústria, propositalmente pelo fato de serem consideradas

profissionais dóceis e de fácil convivência e dominação, com poucas reivindicações trabalhistas e salariais, com salários diferentes dos homens com valores reduzidos significativamente, mas que ofertavam a elas a pseudo imagem de ajuda no orçamento familiar, quando na verdade estavam sendo exploradas e objetificadas (BRAZIL, 2015).

Embora existam obstáculos enfrentados pelas mulheres, no que tange o desenvolvimento de suas carreiras, as mesmas atuam determinadas em alcançar sua notoriedade profissional. Isso se deve ao fato de que a mulher passa a considerar a carreira tão importante quanto as funções que lhe são socialmente impostas (SILVEIRA; FLECK, 2017, p. 8).

Conforme colocado por Bruschini e Lombardi (2011) em seu estudo, as mulheres têm ocupado principalmente trabalhos mal remunerados, com pouco reconhecimento, com cargas extensivas e com pouca qualidade. Inclusive trabalhos ocupados majoritariamente por mulheres, como o trabalho doméstico, tendem a ser precários e até mesmo não reconhecidos como trabalho (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2001).

Mesmo que as mulheres ocupem cargos maiores dentro das organizações, elas acabam tendo que acumular funções dentro das suas residências e de maior profissionalização, quando comparadas com as vivências masculinas. Assumindo mais de uma jornada, a mulher é sobrecarregada e ainda não alcança o mesmo reconhecimento e remuneração do que homens que exerçam a mesma função.

Foi através do maior acesso à formação e ensino de qualidade, que as mulheres conseguiram novas possibilidades de trabalho. Bruschini e Lombardi (2001) ressaltam que mesmo com maiores e melhores ofertas de trabalho, as trabalhadoras permanecem em um patamar diferenciado em relação aos homens, tendo em vista que continuam sendo as principais responsáveis pelo cuidado do lar e dos filhos, assim como a dificuldade de mães ocuparem cargos relevantes de trabalho.

A construção social da posição feminina enquanto objeto sexual faz com que ela seja mais vítima de assédios dentro do ambiente de trabalho, tanto moral quanto sexual. O que acaba colocando-a numa situação de constrangimento, dificuldade de crescimento na organização e, muitas vezes, até mesmo o afastamento de trabalho. Além disso, os erros das mulheres nas suas atividades laborais, aos quais qualquer pessoa está sujeita, são maximalizados e associados ao seu gênero.

Dessa forma, Passos 2016, traz uma abordagem sobre a precarização do trabalho feminino, conforme descrito abaixo:

Em relação à precarização social e do trabalho destacam-se a vulnerabilidade, a instabilidade, a má remuneração e o pouco valor social. Existe uma intensificação do trabalho precarizado e flexibilizado aliado à precarização familiar, principalmente no que diz respeito aos novos arranjos familiares. As famílias monoparentais são as mais atingidas, já que são chefiadas, em sua maioria, por mulheres que precisam trabalhar e cuidar de seus filhos (PASSOS, 2016, p.6).

No que se refere aos inúmeros desafios que a mulher enfrenta no cotidiano, sabe-se que no âmbito profissional são inúmeros obstáculos encontrados, por mulheres de diversos níveis sociais, educacionais entre outros.

Portanto, o debate de gênero deve ser permeado por outras questões, como o viés social, sobre a raça, a sexualidade e outros. Pois a mulher branca é vista como universal em suas demandas, porém a situação das mulheres negras e indígenas tem complicadores e problemáticas diferentes, inclusive em relação à exploração de trabalho.

### 3.2.3 AVANÇOS DA LUTA FEMININA

De acordo com Matos (2005), nas últimas décadas, inúmeras transformações tem sido permitidas na vida das mulheres, uma vez que a luta pela liberdade, igualdade, participação ativa em diversos pontos outrora, proibidos, estão tendo leques de aberturas e promovendo uma revolução feminina, tanto com ajuda da massificação das mulheres, união, simpatizantes pelas causas femininas e combatentes do machismo, bem como pelas oportunidades abertas pelos meios de comunicação e avanços científicos tecnológicos.

Diante de tantas dificuldades enfrentadas pelas mulheres ao longo dos anos, o movimento feminista veio trazer luta e representatividade, buscando a diminuição das desigualdades, o combate ao machismo, a violência contra a mulher, o feminismo representou por muito tempo luta por direitos, ao voto, ao divórcio, a participação da mulher na política, na indústria, no comércio e em todas as situações existentes no mundo colocando a mulher em posição de destaque, e desconstruindo a ligação forte

ao feminino associada a emoções, docilidade, procriação, submissão, sexo frágil e etc. (SILVA, 2010).

Apesar de todas as evoluções e conquistas ao longo dos anos, no que se refere ao assunto de igualdade de gênero, destaca-se a importância do movimento feminista nos dias atuais, que mesmo vivo e cada mais ativo, ainda se observa uma imensa discriminação contra a mulher, desde a esfera social até a política e laboral, entre tantas outras, com respostas no comprometimento da educação e saúde, apresentando como pontos mais problemáticos as oportunidades profissionais, questões salariais e econômicas e a participação na política (CUNHA, 2013).

#### 3.2.4 O CONCEITO DE CUIDADO NA SOCIEDADE CAPITALISTA ATUAL

A construção social do conceito de cuidado se deu através do espaço privado e domiciliar os quais eram considerados como “espaços adequados” para as mulheres e suas crianças. Enquanto isso, o espaço público era o local para os homens se expressarem e compartilharem. A não-participação e a não-presença do gênero feminino nos espaços públicos significam a sua invisibilidade e o seu silenciamento.

A mulher é vista pela sociedade como a responsável principal pelo cuidado da família e da comunidade. Isso acontece, como Matos (2005) coloca, devido a construção histórico-social desse imaginário do feminino enquanto características inatas ao seu gênero. Porém não tem nenhuma base científica que associe a mulher ao cuidado, a não ser o fato da exclusiva potência feminina para gestação. As mulheres podem ou não se tornar mães, e mesmo que venham a se tornar, isso não as limita enquanto possibilidades de atuação na sociedade.

Mesmo com situações em que seja direcionada a uma terceira pessoa, o cuidado dos filhos, parentes e do lar, ainda assim a carga mental dessas funções permanecem a recair sobre a mulher. Então, mesmo que durante o trabalho externo, ela não esteja na posição de cuidado domiciliar, ao encerrar seu expediente externo em empresas, fabricas ou outro tipo de emprego alimentando a sociedade capitalista, a função retorna para si e o gerenciamento da casa é seu. Isso faz com que muitas vezes, para se ter carreira profissional, as mulheres tenham que renunciar à maternidade, não só por opção pessoal (MATOS, 2005).

O posicionamento feminino na sociedade foi se modificando ao longo da história. Segundo Santos e Oliveira (2010), há concepções e reconhecimento de pautas da luta das mulheres por parte das forças dominantes, porém não há como haver a emancipação feminina em meio a uma sociedade capitalista, em que depende da exploração e barateamento da mão-de-obra de mulheres e homens.

Sobretudo, é importante destacar ainda sobre a construção social que a ideia de gênero permite, moldando novas formações femininas com nova construção do ser mulher, bem como permitindo também a reconstrução do masculino, que se molda e se adapta mesmo que aos poucos ao modelo feminino moderno, se permitindo o reconhecimento de luta e vitória das mulheres, bem como na desconstrução do machismo e na evolução das relações nos âmbitos social, familiar e afetivo.

Nas organizações do cuidado também são visíveis à discriminação em meio a diversidade, entre homens e mulheres, ao longo da vida, os quais não tiveram as mesmas condições e oportunidades de forma igualitária nem tampouco na plenitude dos seus direitos, em busca de cuidados, no desenvolvimento da saúde, sendo importantes adoção de medidas para mitigar os obstáculos.

Na vida social e na origem do cuidado, as mulheres foram e são as que mais lutam por igualdade de gênero, de acesso aos serviços de cuidados, aos meios sociais, em busca da conquista por direitos e participação feminina, como meta em todos os países do mundo, porém, segundo o Fórum Econômico Mundial, trata-se de uma realidade distante, prevista para concretizar-se daqui a mais de 100 anos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa teve a pretensão de adentrar o debate sobre a questão de gênero relacionada à divisão do trabalho e ao cuidado. Foi possível identificar que esse debate não é recente, porém ainda é relevante e fundamental para o posicionamento da mulher na sociedade. Os avanços conquistados pelas mulheres e movimentos sociais femininos possibilitaram a ascensão feminina em diversos setores sociais.

O gênero enquanto um viés de estudo sobre as relações de poder entre homens e mulheres foi utilizado para alcançar a reflexão necessária sobre os papéis desempenhados e como isso refletiria em diversos setores, como o trabalho. O papel feminino é visto relacionado à sensibilidade, ao domicílio, à fragilidade e ao cuidado.

Pois desde a infância, as meninas são ensinadas a se manterem e se especializarem nessa dedicação aos outros.

Quando crescem, mesmo com maior estudo, preparação e formação do que outros são atribuídos para si trabalhos com menor remuneração, maior carga horária, menos direitos trabalhistas e outros fatores. Ainda que ocupem cargos de maior responsabilidade dentro das organizações, as mulheres permanecem diminutas em relação aos homens, pois são mais questionadas, desautorizadas e com menores salários.

As mulheres estão cada vez mais presentes no mercado de trabalho, mas por permanecerem como principais responsáveis pelo cuidado do lar e dos filhos, acabam assumindo duplas ou triplas jornadas. Pois mesmo que seja direcionada a outra pessoa o trabalho domiciliar, em sua maioria são outras mulheres, ainda se mantem a carga mental do cuidado que faz com que a mulher continue em desvantagem na concorrência com homens em ambientes de trabalho.

## REFERÊNCIAS

AUGUSTO, C. B.; AZEVEDO, J. R. Violência contra a mulher e as práticas institucionais. In: **Themis: gênero, justiça e direitos humanos**. – Porto Alegre: Themis, v.1, n.1, 2017.

BARBOSA, M. D.; BORGES, P. C. C. Feminismo, Gênero e os alcances da Lei Maria da Penha. **Revista de Direitos Humanos e Efetividade** – Brasília: v.2, n.1, 2016.

BRASIL, M. J. **Lei Maria da Penha**. 11.340/06 Câmara dos deputados. Centro de Documentação e Informação, Edições Câmara, Brasília.

BERMANN, M.. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BRAZ, M.; NETTO, J. P. Economia política: uma introdução crítica. **São Paulo**, 2006.

BRITES, C. M. Ética e uso de drogas: uma contribuição da ontologia social para o campo da saúde pública e da redução de danos. 2006.

BRUSCHINI, C. & LOMBARDI, M. R. "**Instruídas e trabalhadeiras: trabalho feminino no final do século XX**". *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 17/18, 2002, p. 157-196.

COUTINHO, A. P. **Lei Maria da Penha e a aplicação das medidas protetivas de urgência:** uma visão a partir das práticas de trabalho do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Núcleo Bandeirante. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Católica de Brasília. Brasília, 2014.

CUNHA, C. **Direitos femininos: uma luta por igualdade e direitos civis.** Rev. Novelo Comunicação. Disponível em: <https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/direitos-femininos-uma-luta-por-igualdade-e-direitos-civis.htm> Acesso em set 2021.

CITE, **Porque é importante falar em igualdade de gênero atualmente?** Caderno prático para a integração da igualdade de gênero na cáritas em Portugal. Fascículo I.

COUTINHO, A. P. **Lei Maria da Penha e a aplicação das medidas protetivas de urgência:** uma visão a partir das práticas de trabalho do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Núcleo Bandeirante. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Católica de Brasília. Brasília, 2014.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo.** [S. l.: s. n.], 1967. Disponível em: <http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/autores/Debord,%20Guy/A%20Sociedade%20do%20Espetaculo%20-%20Guy%20Debord.pdf> Acesso em: jul. 2020.

GIL, A. C. **Análise e Interpretação de Dados de Pesquisa,** 2010.

GUIRALDELLI, R. Adeus à divisão sexual do trabalho?: Desigualdade de gênero na cadeia produtiva da confecção. **Soc. estado. 27 (3) • Dez 2012.**

HARVEY, David. **Condição pós-moderna:** Uma Pesquisa Sobre as Origens da Mudança Cultural. 17°. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1989. 341 p. ISBN 978-85-15-00679-3.

MATOS, V. L. D. **A mulher na pós-modernidade: Uma breve reflexão sobre identidade, papéis sociais e Emoções.** Brasília/DF, Junho de 2005.

MARCONI, M.A. LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica.** 5ª edição. São Paulo, SP. Editora Atlas, 2010.

MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política. Livro I. **Boitempo Editorial,** 1867. 1493 p. Disponível em <file:///C:/Users/akoli/Desktop/vai%20dar%20bom/O%20capital%20%20Livro%20>.pdf. Acesso em: set. 2021.

MARQUES, J. R. **Desafios das Mulheres nos dias Atuais.** Disponível em: <https://www.ibccoaching.com.br/portal/mercado-trabalho/desafios-mulheres-dias-atuais/> acesso em out. 2021.

MATOS, V. L. D. **A mulher na pós-modernidade: uma breve reflexão sobre identidade, papéis sociais e emoções.** Brasília/DF, Junho de 2005. Disponível

em:<https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/123456789/3057/2/20060072.pdf>  
acesso em out. 2021.

MELO, A. **Os fatos históricos que marcaram as conquistas das mulheres.**  
Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/3522/os-fatos-historicos-que-marcaram-as-conquistas-das-mulheres> Acesso em

OPAS, **Equidade de gênero em saúde.** Disponível em:  
<https://www.paho.org/pt/topicos/equidade-genero-em-saude> acesso em out. 2021.

PASSOS, R. G. Trabalho, cuidado e sociabilidade: contribuições marxianas para o debate contemporâneo. **Serv. Soc. Soc. (126) • May-Aug 2016.**

REZENDE, M. O. **Desigualdade de gênero.** Disponível em:  
<https://mundoeducacao.uol.com.br/sociologia/desigualdade-de-genero.htm> acesso em out. 2021.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarca, violência.** – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2004.

SAP, S. **Os desafios que a mulher enfrenta no ambiente profissional e na sociedade.** Disponível em: <https://news.sap.com/brazil/2020/03/dia-internacional-da-mulher-os-desafios-que-a-mulher-enfrenta-no-ambiente-profissional-e-na-sociedade-bl0g/> acesso em out. 2021.

SILVA, S. G. Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher. **Psicol. cienc. prof.** 30 (3) • Set 2010.

SOUSA, L. P.; GUEDES, D. R. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estud. av.** 30 (87) • May-Aug 2016.

SCHRAIBER, L. B. Et al. Necessidades de saúde e masculinidades: atenção primária no cuidado aos homens. **Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2010. p. 961-970.**

SILVA, M. E. D. C, Et al. Resistência do homem às ações de saúde: percepção de enfermeiras da estratégia saúde da família. **Revista Interdisciplinar NOVAFAPI, Teresina.** v.3, n.3, p.21-25, Jul-Ago-Set-2010.

VIEIRA, S. G. **A lei maria da penha e gestão normalizadora da família:** um estudo sobre a violência doméstica judicializada no Distrito Federal entre 2006 e 2012. – Brasília: Universidade de Brasília. Dissertação. 2016.